



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

REJANE AZEVEDO MACHADO

UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DOS ANAIS DOS PRINCIPAIS CONGRESSOS DE
CONTABILIDADE DO BRASIL SOBRE A MENSURAÇÃO A VALOR JUSTO
NOS ANOS DE 2013 A 2019

Rio de Janeiro

2021

REJANE AZEVEDO MACHADO

UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DOS ANAIS DOS PRINCIPAIS CONGRESSOS DE
CONTABILIDADE DO BRASIL SOBRE A MENSURAÇÃO A VALOR JUSTO
NOS ANOS DE 2013 A 2019

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Ciências Contábeis da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Alessandra de Lima Marques.

Rio de Janeiro

2021

REJANE AZEVEDO MACHADO

UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DOS ANAIS DOS PRINCIPAIS CONGRESSOS DE
CONTABILIDADE DO BRASIL SOBRE A MENSURAÇÃO A VALOR JUSTO
NOS ANOS DE 2013 A 2019

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Ciências Contábeis da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Ciências Contábeis.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2021.

Prof. Dr. Alessandra de Lima Marques
Orientadora

Prof. Dr. Dilo Sergio de Carvalho Vianna
Banca avaliadora

Prof. Dr. Raphael Moses Roquete
Banca avaliadora

AGRADECIMENTOS

A Deus pela benção que me foi concedida de estudar numa das melhores faculdades do Brasil, quiçá, a melhor.

Aos meus amados filhos Evelin Azevedo e Kevin Azevedo por todo apoio e ajuda durante minha jornada acadêmica.

À minha orientadora Alessandra de Lima por toda dedicação e suporte dado durante o processo de elaboração deste trabalho.

Aos meus queridos amigos que conheci durante o curso e que foram uma fonte de inspiração e força.

À banca examinadora por suas críticas e contribuições.

“Faça o melhor que você puder. Seja o melhor que você puder. O resultado virá na mesma proporção de seu esforço.” (Mahatma Gandhi)

RESUMO

Dos métodos de avaliação patrimonial de ativos e passivos, destaca-se o valor justo, que tem sido um campo fértil de debates e discussões. O objetivo deste trabalho é analisar os artigos sobre o assunto. A partir de uma análise bibliométrica dos artigos apresentados nos principais congressos de contabilidade do Brasil (AdCont, ANPCONT, ENANPAD, USP), no período de 2013 a 2019, que continham a expressão “valor justo” no título, foi verificado que a maioria dos artigos foram apresentados no congresso ANPCONT (50%), seguidos pelo congresso da USP (28,57%). A média apresentada por autores foi de 2,89 por artigo. De acordo com o enfoque temático a grande maioria dos artigos é pela técnica mensuração a valor justo. Referente à influência técnica demonstrou que a preocupação predominante é a qualidade da informação contábil seguida pela análise econômica financeira ou de risco. Foi constatada baixa frequência de demonstração da opinião dos autores, tanto a positiva como a negativa, visto que a grande maioria das pesquisas é de caráter informativo sem a pretensão de esboçar qualquer tipo de opinião sobre a técnica aplicada.

Palavras-chave: Valor justo, IFRS, CPC, análise bibliométrica.

ABSTRACT

Among the asset and liability equity valuation methods, fair value stands out, which has been a fertile field for debates and discussions. The objective of this work is to analyze the articles on the subject. From a bibliometric analysis of the articles presented at the main accounting congresses in Brazil (AdCont, ANPCONT, ENANPAD, USP), in the period from 2013 to 2019, which contained the expression "fair value" in the title, it was verified that the majority of articles were presented at the ANPCONT congress (50%), followed by the USP congress (28.57%). The average presented by authors was 2.89 per article. According to the thematic focus, the vast majority of articles use the fair value measurement technique. Regarding technical influence, he showed that the predominant concern is the quality of accounting information followed by economic-financial or risk analysis. It was found a low frequency of demonstration of the authors' opinion, both positive and negative, since the vast majority of research is informative without the intention of outlining any type of opinion on the applied technique.

Keywords: Fair value, IFRS, CPC, bibliometric analysis.

LISTA DE SIGLAS

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

IFRS –International Financial Reporting Standards

IASB -International Accounting Standards Board

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| TABELA 1 - Frequência de grupo dos artigos estudado | 21 |
| TABELA 2 - Frequência de quantidade de autores em cada artigo | 21 |
| TABELA 3 – Frequência dos principais temas abordados nos artigos | 22 |
| TABELA 4 – Frequência dos principais assuntos discutidos nos artigos | 22 |
| TABELA 5 – Frequência dos principais temas ou segmentos das empresas analisadas nas publicações | 23 |
| TABELA 6 – Frequência das opiniões, emitidas ou não, nos artigos analisados | 23 |
| TABELA 7 - Análise das opiniões positivas e negativas de acordo com o assunto do artigo | 24 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 10 |
| 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 12 |
| 2.1. Valor justo | 12 |
| 2.1.1. Conceituação de valor justo | 12 |
| 2.2 CPC 46..... | 13 |
| 2.2.1 Histórico | 13 |
| 2.2.2 Alcance | 13 |
| 2.2.3. Mensuração..... | 13 |
| 2.2.4. Divulgação..... | 16 |
| 2.3 Análise bibliométrica | 17 |
| 3. METODOLOGIA..... | 19 |
| 3.1. Análise de conteúdo | 19 |
| 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS..... | 21 |
| 5. CONCLUSÃO..... | 25 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS | 27 |

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade, por ser uma ciência social, sofre constantes mudanças, evoluções e atualizações de suas normas. Porém, vale ressaltar que mesmo com essas mudanças, o seu objetivo, que é fornecer informações que sejam úteis e relevantes aos seus usuários para a tomada de decisões, permanece inalterado. Para alcançar o seu objetivo, a Contabilidade segue evoluindo para se adaptar às circunstâncias e exigências do mercado (IUDICIBUS; MARTINS, 2007). Dos métodos de avaliação patrimonial de ativos e passivos, destaca-se o valor justo, que tem sido um campo fértil de debates e discussões.

No cenário internacional o tema valor justo não é tão recente, foi introduzido na contabilidade principalmente por meio do *International Accounting Standards Board* (IASB), na década de 1990. Nacionalmente o tema é um pouco mais recente, a Lei das Sociedades Anônimas - Lei 11.491 de 2009 (BRASIL, 2009) tornou obrigatória a mensuração a valor justo de ativos específicos, porém somente em dezembro de 2012 foi divulgado o CPC 46 (CPC 46, 2012).

No Brasil, o processo de correlação das normas nacionais com as internacionais, foi elaborado o pronunciamento técnico CPC 46 que define valor justo como "o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração" (CPC 46, 2017, p. 2). Tal definição se assemelha bastante com o que está descrito no *IFRS (International Financial Reporting Standards)13 –Fair Value Measurement* do *International Accounting Standards Board* (IASB, 2011).

A mensuração a valor justo tem sido alvo de discussões e estudos, possivelmente devido a sua complexidade e subjetividade. IUDICIBUS e MARTINS (2007) ressaltam a dificuldade de interpretação do termo valor justo e a julgam como subjetiva. Os autores declaram que a mensuração a valor justo "representa, sem dúvida, significativo avanço nas práticas contábeis".

Em seu estudo, Zanolla (2018) enfatiza que a mensuração a valor justo possibilita a contabilidade uma geração de informações mais focadas para atender ao investidor na posição de provedor de recursos da entidade.

O objetivo deste trabalho é o de analisar os artigos que foram apresentados nos principais congressos de contabilidade no Brasil sobre o assunto, fazer um levantamento e

classificá-los mediante seu foco central, indicar, quando possível, o posicionamento favorável ou contra dos autores em relação à mensuração a valor justo. O levantamento foi realizado por meio de uma análise bibliométrica dos artigos apresentados nos principais congressos de contabilidade do Brasil (AdCont, ANPCONT, ENANPAD, USP), no período de 2013 a 2019, que continham a expressão “valor justo” no seu título.

O trabalho está dividido em seções diferentes a partir desta introdução. Na seção 2, apresenta o referencial teórico que serviu de base para essa pesquisa. Primeiramente uma análise do CPC 46, , uma exposição do seu conceito, sua aplicação e divulgação. Em seguida, é apresentada a técnica de pesquisa fundamentada na análise bibliométrica. Na seção 3, encontra-se a metodologia da pesquisa e os critérios de levantamento utilizados. Em seguida, na seção 4, são apresentados os resultados e discussões acerca dos artigos examinados. E finalmente, a seção 5 são comentadas as conclusões da pesquisa.

Os resultados da pesquisa apontam para uma tímida demonstração de opinião dos autores sobre a mensuração a valor justo, tanto positiva como negativa, sendo a grande maioria de caráter informativo. A preocupação com a qualidade da informação foi predominante e as entidades de ativos biológicos foram as mais utilizadas como tema de pesquisa. Essa pesquisa tem como limitação a quantidade de artigos apresentados nos congressos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Valor Justo

2.1.1 Conceituação de valor justo

O valor justo é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, por duas partes dispostas a isso e independentes entre si. O objetivo está em garantir que a determinação do valor justo ocorra em condições usuais de mercado, ou seja, que fatores que pressionem para a liquidação da transação não interfiram na definição do valor final. Segundo Iudícibus e Martins (2007) valor justo é o montante pelo qual um determinado item poderia ser transacionado entre participantes dispostos e conhecedores do assunto, numa transação sem favorecimento. De acordo com IFRS 13 a definição de valor justo é o preço que seria recebido pela venda de ativo pago pela transferência de um passivo, em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração.

O Pronunciamento Técnico (CPC 46) define valor justo como “o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração” (CPC 46, 2017, p. 2), tal conceito se assemelha muito com a definição descrita no IFRS 13. Segundo Iudícibus e Marion (2001) a definição de valor justo é a importância pela qual um ativo poderia ser transacionado entre um comprador disposto e conhecedor do assunto e um vendedor também disposto e conhecedor do assunto em uma transação sem favorecimento.

Porém o procedimento de avaliação pelo valor justo não se aplica a todos ativos e passivos, falhando como critério geral de avaliação por não atingir a homogeneidade de classificação. De acordo com IASB, alguns ativos e passivos são e podem ser avaliados a valor justo, subsequente ao registro inicial, tais como:

- Derivativos, ativos financeiros e exigibilidades financeiras prontas para negociação no curto prazo;
- Ativos Biológicos mensurados pelo valor justo menos o custo para vender;
- Imóveis, equipamentos e instalações (em conjunto), ponderando certas condições;
- Certos ativos intangíveis em situações raras;
- Investimentos em imóveis podem ser mensurados pelo valor justo.

2.2 CPC 46

2.2.1 Histórico

A contabilidade vem evoluindo de acordo com o mundo, as mudanças nas relações entre as empresas, novas tecnologias e novos conceitos exigiram uma harmonização mundial das práticas contábeis, um padrão contábil que aumentaria a comparabilidade das informações contábeis das empresas. Nesse processo de mudanças o *International Accounting Standards Boards* (IASB) foi reconhecido como principal organismo na produção e elaboração das normas contábeis, que resultaram a convergência às *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Nesse processo de correlação com as normas internacionais o Brasil criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que passou a interpretar as IFRS e publicar diversos Pronunciamentos Contábeis - CPCs.

A mensuração e a evidenciação do valor justo estão regulamentadas pelo IFRS 13 que consolidou, em uma única norma, o conceito e as técnicas utilizadas na mensuração do valor justo, bem como a divulgação exigida que estavam dispersas em várias normas onde o valor justo já era previsto. Em convergência a essa norma foi elaborado no Brasil o CPC 46, em dezembro de 2012 e tendo sua obrigatoriedade a partir de 01 de janeiro de 2013 (CPC 46, 2012).

2.2.2 Alcance

A norma será aplicada quando outras normas permitirem ou requererem a mensuração a valor justo. Entretanto as regras desta norma não serão aplicadas em transações de pagamentos baseados em ações, arredamentos mercantis ou mensurações que apresentem similaridades com o valor justo, porém que não o representem.

A estrutura de mensuração do valor justo exposta nesta norma pode ser aplicada tanto na mensuração inicial como também na subsequente quando o valor justo for requerido ou permitido por outras normas.

2.2.3 Mensuração

Mensurar é o ato de medir, ou seja, de determinar o valor de certas grandezas. Na contabilidade mensurar é o processo de atribuir valores monetários a objetos ou eventos associados

às atividades de uma empresa (HENDRIKSEN, VAN BREDA, 1999), portanto o objetivo da mensuração é retratar o valor justo estimando o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre os participantes do mercado na data da mensuração, e que ocorra em condições de mercado ativo.

A entidade deve levar em consideração alguns aspectos ao utilizar a mensuração a valor justo, tais como: (a) o ativo ou passivo particular ou grupos de ativos ou passivos que sejam o alvo da mensuração; (b) o mercado principal ou mais vantajoso para o ativo ou passivo; (c) as técnicas de avaliação compatíveis para a mensuração observando a hierarquia e os níveis do valor justo nos quais estão classificados. A base da mensuração deve levar em consideração a condição e localização do ativo, as restrições, caso haja, para venda ou utilização do ativo.

O CPC 46 diz que a mensuração a valor justo de um ativo ou passivo deve ser transacionado em um mercado principal e na sua ausência no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. A norma isenta a entidade de uma busca exaustiva por todos os mercados (principal ou mais vantajoso), mas que a entidade deva levar em consideração todas as informações que estejam disponíveis. Os participantes desse mercado devem ser independentes, possuírem conhecimento sobre o ativo ou passivo e capacitados para confirmar a transação assim como dispostos a participarem dela. Sobre o valor justo mensurado a norma esclarece que não deve ser ajustado para refletir custos de transação, porque tais custos não são características de um ativo ou passivo, porém são específicos de uma transação e podem diferenciar-se de acordo como a entidade realize a transação do ativo ou passivo.

A aplicabilidade do valor justo em um ativo não financeiro leva em conta a possibilidade dos participantes do mercado de potencializar o valor do ativo utilizando em seu melhor uso possível ou vendendo o ativo a outro participante do mercado. O melhor uso possível é estabelecido pela perspectiva dos participantes do mercado, mesmo que a entidade intencione um uso diferenciado.

No que se refere aos passivos o valor justo reflete o risco de descumprimento, ou seja, o risco de não quitação por parte da outra entidade, tal risco influencia diretamente o risco de crédito da própria entidade que deverá mensurar a valor justo o passivo em todos os períodos. Ao mensurar a valor justo o passivo, a entidade deve utilizar o preço cotado no mercado ativo,

porém quando esse preço não estiver disponível, a entidade utilizará outras técnicas de avaliação, tais como:

- Abordagem de receita - a mensuração é pautada na conversão de valores futuros em valores presentes, refletindo as expectativas de mercados atuais em relação a valores futuros.

- Abordagem de mercado - nessa técnica são utilizados os preços e informações relevantes geradas por transações no mercado ativo, desde de que tais transações envolvam ativos ou passivos que sejam idênticos ou comparáveis.

- Abordagem de custo – essa técnica pondera o montante que seria necessário para substituição da capacidade de produção de um ativo.

Com o intuito de proporcionar mais consistência e comparabilidade nas mensurações a valor justo e divulgações equivalentes, o CPC 46 estipula uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações utilizadas nas técnicas de avaliação empregadas na mensuração do valor justo. A hierarquia do valor justo dá prioridade as informações das técnicas de avaliação e não as próprias técnicas de avaliação utilizadas pela entidade para mensurar o valor justo, sendo a maior prioridade a preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, inputs nível 1, e menor prioridade a dados não observáveis, inputs nível 3.

Os inputs nível 1 encontra-se os preços cotados em um mercado ativo para ativos ou passivos, no qual a entidade tem livre acesso na data da mensuração. O preço que um ativo ou passivo é cotado num mercado ativo evidencia de forma mais confiável o valor justo, devendo assim ser utilizado sem ajuste para mensurar o valor justo.

Os inputs nível 2 tem como base as informações observáveis para o ativo ou passivo de maneira direta ou indireta, excluindo os preços cotados no nível 1. Se o ativo ou passivo possuir prazo contratual, tal informação deve ser observada consideravelmente pelo prazo integral do ativo ou passivo. As informações incluídas no nível 2 são os preços cotados para ativos ou passivos similares em mercado ativo, ativos ou passivos idênticos ou similares em mercado não ativo e informações ratificadas pelo mercado.

Os inputs nível 3 são dados não observáveis para ativo ou passivo, tais dados devem ser usados pela entidade na mensuração a valor justo quando os dados observáveis relevante não estão disponíveis demonstrando a escassez de atividade no mercado para o ativo ou passivo na data da mensuração. Mesmo assim o objetivo da mensuração do valor justo se

mantém, pois os dados não observáveis retratam as premissas que os participantes usariam ao cotar o ativo ou passivo, inclusive as premissas de risco.

Os dados não observáveis devem ser elaborados pela própria entidade que empregará as melhores informações disponíveis, inclusive utilizando seus próprios dados, mas tendo o cuidado de ajustá-los caso surjam informações razoáveis que demonstrem que outros participantes do mercado utilizariam dados diferentes ou se existir alguma informação singular que não seja de conhecimento dos outros participantes do mercado.

Se acontecer uma retração expressiva no volume ou nível de atividades para um ativo ou passivo em relação ao mercado normal, o valor justo pode ser afetado. Porém a entidade deve analisar a importância e a relevância das circunstâncias e fatos, traçando um paralelo com o mercado com o intuito de verificar a regularidade das transações recentes, os preços cotados sem a utilização de informações atuais, redução significativa na atividade do mercado para novas emissões para o ativo ou passivo idêntico ou similar, a escassez de informação disponível para o público, entre outros fatos.

O CPC 46 não recomenda a metodologia para execução de ajustes significativos a transações e preços cotados, mas quando é constatado que houve uma retração no volume ou nível de atividade para o ativo ou passivo, a norma recomenda que tais ajustes sejam realizados, pois a mensuração pode não refletir exatamente o valor justo. Sendo necessária uma avaliação mais minuciosa das transações e preços cotados que foram utilizados na técnica de avaliação. A entidade deverá realizar um ajuste relevante para determinar o valor justo.

2.2.4 Divulgação

A norma estabelece que a entidade deva disponibilizar informações que auxiliarão os usuários das suas demonstrações contábeis na compreensão e avaliação do processo de mensuração a valor justo dos ativos e passivos que constam em suas demonstrações. Tanto ativos e passivos que são mensurados a valor justo de maneira recorrente ou não no balanço patrimonial após seu reconhecimento inicial, como também as técnicas e informações que foram utilizadas para tal mensuração. A entidade também deverá disponibilizar o efeito que as mensurações do valor justo recorrentes que usaram dados não observáveis significativos (nível 3) tiveram sobre o resultado período ou outros resultados abrangentes para o período.

O CPC 46 considera como mensurações de valor justo recorrentes de ativos ou passivos as que são exigidas ou permitidas por outras normas no balanço patrimonial ao fim de cada período e as não recorrentes como as que são exigidas ou permitidas por outras normas em circunstâncias específicas. A norma orienta que a entidade faça um detalhamento em níveis necessários para que as mensurações a valor justo que constam em suas demonstrações sejam completamente compreendidas pelos usuários das informações sem a necessidade de informações adicionais. A entidade deve seguir e divulgar de forma consistente sua política para indicar quando ocorreram as transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo, de igual modo a política sobre a época do reconhecimento de tais transferências.

2.3 Análise bibliométrica

A bibliometria é o estudo quantitativo para pesquisa científica que tem como objetivo a identificação de características comuns entre as publicações científicas em determinada área. De acordo com Pritchard (1969), Foresti (1989, p. 7) e Vanti (2002), a bibliometria é a utilização de métodos matemáticos e estatísticos com o objetivo de analisar a produção científica existente em livros, artigos publicados em anais de eventos, documentos e periódicos.

Na bibliometria há três nomes que se destacaram por seus estudos e tiveram seus nomes atrelados a uma “lei” específica. A Lei Lotka (produtividade dos autores), a Lei Zipf (frequência de ocorrência de palavras) e a Lei de Bradford (produtividade de periódicos) (GUEDES; BORSCHIVER, 2005).

A Lei Lotka também conhecida como Lei do Quadrado Inverso aponta que uma quantidade restrita de autores produz muito em uma específica área de conhecimento, em contrapartida um grande grupo de autores produz pouco, uma escala exponencialmente inversa. A Lei Zipf ou Lei do Mínimo Esforço consiste na medição da frequência do aparecimento das palavras em diversos textos, gerando assim uma relação ordenada de expressões de um determinado assunto. E por último a Lei de Bradford também denominada de Lei da Dispersão focada em medir a produtividade das revistas que permitirá estabelecer o núcleo e as áreas de dispersão sobre um assunto específico em um mesmo grupo de revistas.

Há outras teorias bibliométricas, destacando-se a análise de citações que pode ser definida como “[...] a parte da bibliometria que investiga as relações entre os documentos citantes e os documentos citados considerados como unidades de análise, no todo ou em suas

diversas partes: autor, título, origem geográfica, ano e idioma de publicação, etc” (FORESTI, 1989, p. 3), e que de acordo com Araujo (2006) “a análise de citações permite a identificação e descrição de uma série de padrões na produção do conhecimento científico”.

Uma análise bibliométrica está fundamentada em sua contribuição para a compreensão da produção do conhecimento em determinada área. O conhecimento científico pretende elucidar como e porque os fatos ocorrem, com o intuito de mostrar a correlação existente entre eles, uma forma de avaliar a produção científica mensurando a repercussão e o impacto de determinados autores ou periódicos.

O processo de avaliação da ciência não é recente no meio acadêmico. Mapear e conhecer trabalhos acadêmicos publicados em determinada área por meio de revisões sistemáticas é uma das formas de possibilitar a avaliação e a reflexão desses trabalhos e da área em questão. Embora uma das principais razões de sua crescente aplicação se deva à necessidade de direcionar recursos de instituições educacionais e governamentais para pesquisa, tal análise permite detectar indicadores, tendências e vieses de cada área. As revisões são em geral feitas por técnicas tradicionais no meio acadêmico, como a análise bibliométrica. Como parte importante do processo de compreensão da ciência, a análise bibliométrica deve ser acompanhada de pesquisas qualitativas para que os seus resultados possam ser interpretados em sua abrangência. (Cardoso, 2005, p.35)

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza quanto ao objetivo como descritiva, pois objetiva a descrição das características do grupo analisado estabelecendo relações entre algumas variáveis, buscando assim as opiniões, crenças e atitudes de uma determinada população. Já quanto aos procedimentos como bibliográfica, pois tem com base “o material que já foi elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008).

A pesquisa bibliográfica consistiu por meio do acesso remoto nos anais dos principais congressos de contabilidade do Brasil (AdCont, ANPCONT, ENANPAD, USP), no período de 2013 a 2019, quando o CPC 46 entrou em vigor até a ano delimitado pela presente pesquisa, buscando artigos que continham a expressão “valor justo”. Foram encontrados 28 artigos, formando assim a amostra da pesquisa.

3.1 Análise de conteúdo

A análise consistiu na coleta de informações, tais como: Título do artigo, nome e quantidade dos autores, ano do congresso, foco da pesquisa, tipo de área ou empresa pesquisada, objetivo do estudo sobre valor justo, influência técnica de mensuração, informações adicionais que contribuem para entendimento do artigo.

Em seguida, todos os artigos contidos na amostra foram analisados, agrupados e organizados para que fossem classificados da seguinte forma:

- Nome do congresso no qual o artigo foi apresentado;
- Ano que o congresso foi realizado;
- Quantidade de autores que assinaram os artigos.

A classificação foi dividida em duas áreas uma com base no *enfoque temático* e na *influência técnica*.

Com base no **Enfoque temático**, foi analisada de que maneira o conceito de valor justo era predominantemente tratado nos artigos, os critérios utilizados para essa classificação, foram:

- Técnicas de Mensuração – Artigos que focaram nos métodos de mensuração, fazendo uma comparação com outros métodos e avaliando a influência de valores encontrados.
- Nível Inputs – Artigos que enfatizam os níveis de hierarquia do *valor justo* ou os utilizam na pesquisa realizada.

- Tema central – Os artigos não apresentam o valor justo como tema principal, tratam de outros assuntos. A mensuração a valor justo dos ativos e passivos é apenas mencionada ou utilizada como base na análise.
- Opção pelo Valor Justo – Os artigos discorrem sobre a escolha da entidade em optar ou não pelo do método valor justo, porém sem detalhamento dos procedimentos exigidos pelo CPC 46.

Baseado **na Influência técnica de mensuração**, foi analisada que maioria dos artigos associam a técnica de mensuração a valor justo a outro tema central. A técnica foi utilizada como tema secundário ou demonstrou como o tema central sofreu a influência com sua utilização, de modo que foram seguidos os seguintes critérios:

- Qualidade da informação – Artigos analisam a qualidade da informação em decorrência da utilização da mensuração a valor justo.
- Gerenciamento de Resultados – Artigos analisam ou demonstram a utilização da técnica de mensuração a valor justo como uma maneira de gerenciar algumas contas de suas demonstrações contábeis.
- Análise econômica, financeira ou de risco – Artigos que analisam a influência da utilização de técnica de mensuração a valor justo em análise econômica-financeira ou de risco nas entidades pesquisadas.
- Outros – Artigos que não foram enquadrados em nenhuma das outras classificações.
- Não se aplica – Artigos que a técnica de mensuração a valor justo não era o foco central, mas continham citações do valor justo de algum ativo ou passivo.

Em relação a opinião dos autores sobre a mensuração a valor justo foi verificado que alguns autores expressaram de forma clara uma opinião positiva ou negativa, em alguns artigos os autores não expressaram de forma explícita sua opinião e a pesquisa foi classificada como informativa.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Foram analisados 28 artigos encontrados nos anais dos principais Congressos de Conabilidade do Brasil (AdCont, ANPCONT, ENANPAD, USP), entre os anos de 2013 e 2019, que continham no seu título a expressão “Valor Justo”. Os resultados obtidos foram agrupados e classificados, como segue:

Na tabela 1 são apresentadas as frequências relativa e absoluta dos artigos analisados.

Tabela 1 - Congressos

| Congressos | F | f |
|-------------------|-----------|----------|
| <i>AdCont</i> | 5 | 17,86% |
| <i>ANPCONT</i> | 14 | 50% |
| <i>ENANPAD</i> | 1 | 3,57% |
| <i>USP</i> | 8 | 28,57% |
| Total de Artigos | 28 | 100,00% |

Fonte: Dados da pesquisa, jun./2020.

Segundo a amostra analisada, o Congresso no qual mais se discutiu artigos com o tema “Valor Justo” foi o ANPCONT com o percentual de 50% da amostra. Logo em seguida, aparecem USP e AdCont, que apresentaram um percentual de 28,57% e 17,86%, respectivamente. Por último está ENANPAD, com apenas 3,57%.

Na tabela 2 são apresentadas as frequências relativa e absoluta da quantidade de autores em cada artigo.

Tabela 2 - Quantidade de autores

| Quantidade de autores | F | f |
|------------------------------|----------|----------|
| 1 autor | 2 | 7,14% |
| 2 autores | 7 | 25,00% |
| 3 autores | 13 | 46,43% |
| 4 autores | 4 | 14,29% |
| 5 autores | 2 | 7,14% |
| Total de artigos | 28 | 100,00% |
| Total de autores | 81 | - |
| Média de autores/artigos | 2,89 | - |

Fonte: Dados da pesquisa, jun./2020.

De acordo com a análise realizada foi constatado que a maioria dos artigos foram escritos por 3 autores, representando 46,43% dos artigos analisados. Artigos com apenas 1 autor ou com mais de 3 autores se mostram cada vez mais raros. Considerando um total de 81 autores envolvidos na amostra de 28 artigos, obteve-se uma média de 2,89 autores por artigo.

Na tabela 3 são apresentadas as frequências absoluta e relativa dos principais temas abordados nos artigos.

Tabela 3 - Enfoque temático dos artigos

| Enfoque temático | F | f |
|-------------------------|-----------|----------------|
| Nível dos Inputs | 4 | 14,29% |
| Opção pelo Valor Justo | 2 | 7,14% |
| Técnica de Mensuração | 10 | 35,71% |
| Não é o tema central | 12 | 42,86% |
| Total de artigos | 28 | 100,00% |

Fonte: Dados da pesquisa, jun./2020

Verificamos que o valor justo não foi abordado como tema central da pesquisa na maioria dos artigos (42,86%), porém o conceito de valor justo foi citado. O foco dos autores foi representado em 35,71% nas técnicas de mensuração e 14,29% no nível dos inputs. A opção pelo valor justo apresentou um percentual de 7,14% como tema estudado nos artigos que compõem a amostra dessa pesquisa.

A tabela 4 apresenta os dados relacionados aos principais assuntos tratados nos artigos, tais assuntos são apresentados com sua frequência absoluta e relativa.

Tabela 4 - Influência Técnica

| Influência da técnica de mensuração a valor justo | F | f |
|--|-----------|----------------|
| Análise econômica, financeira ou de risco | 6 | 21,44% |
| Gerenciamento de resultados | 1 | 3,57% |
| Qualidade da divulgação | 10 | 35,71% |
| Outros | 1 | 3,57% |
| Não se aplica | 10 | 35,71% |
| Total de artigos | 28 | 100,00% |

Fonte: Dados da pesquisa, jun./2020

De acordo com a análise o principal assunto abordado foi a qualidade da divulgação, evidenciando uma preocupação com a confiabilidade e relevância da informação, pois tais informações representam de forma adequada a situação econômica e financeira da empresa. Vale ressaltar que 10 artigos foram classificados como “não se aplica”, por não apresentarem o valor justo como foco principal do artigo.

Na tabela 5 apresenta os principais temas ou segmentos das empresas analisadas nos artigos, com frequências relativas e absolutas.

Tabela 5 - Tema de estudo / Tipo de empresa analisada

| Tema de estudo / tipo de empresa analisada | F | f |
|---|-----------|----------------|
| Análise de normas e/ou outras publicações | 6 | 21,44% |
| Empresas de Ativos biológicos | 7 | 25,00% |
| Bancos / Instituições Financeiras / Seguradoras | 3 | 10,71% |
| Imobiliárias | | 0% |
| Setor público | | 0% |
| Indefinido / Empresas de diversos setores | 11 | 39,28% |
| Outros | 1 | 3,57% |
| Total de artigos | 28 | 100,00% |

Fonte: Dados da pesquisa, jun./2020

Os destaques dessa tabela são os artigos relacionados as empresas de diversos setores e as empresas de ativos biológicos apresentando um percentual de 39,28% e 25,00%, respectivamente. Análise de normas e/ou outras publicações obtiveram um percentual expressivo de 21,44%.

A seguir a tabela 6 expõe as opiniões dos autores que foram emitidas nos artigos analisados sendo analisados a frequência em que elas aparecem ou não.

Tabela 6 -Opinião sobre valor justo

| Opinião sobre valor justo | F | f |
|----------------------------------|-----------|----------------|
| Informativa | 12 | 42,85% |
| Positiva | 7 | 25,00% |
| Negativa | 3 | 10,71% |
| Não se aplica | 6 | 21,44% |
| Total de artigos | 28 | 100,00% |

Fonte: Dados da pesquisa, jun./2020.

Mesmo diante de grande discussão a respeito da mensuração a valor justo e seu impacto nas demonstrações contábeis, verificamos na tabela 6 que a maioria dos autores expuseram suas opiniões somente de maneira informativa (42,85%), demonstrando que as opiniões explícitas, tanto positiva (25,00%) como negativa (10,71%), ainda ocorrem de maneira tímida. Os artigos que foram classificados como “não se aplica”, são os que não abordaram o valor justo como tema principal da pesquisa. As opiniões de caráter positivo ou negativo foram analisadas de forma mais detalhada como o exposto na tabela a seguir.

Na tabela 7 foram analisadas as opiniões positivas e negativas de acordo com o assunto do artigo.

Tabela 7 - Opinião versus Influência Técnica

| Opinião versus Influência Técnica | F | f |
|---|-----------|----------------|
| Qualidade da divulgação | 6 | 60,00% |
| Gerenciamento de Resultados | 4 | 40,00% |
| Total de artigos com opinião explícita | 10 | 100,00% |

Fonte: Dados da pesquisa, jun./2020

Verificamos que os autores que emitiram opiniões positiva ou negativa em relação ao valor justo, tinham como foco principal a qualidade da informação contábil (60%).

5. CONCLUSÃO

Fundamentado em um levantamento bibliométrico dos artigos que foram apresentados nos principais Congressos de Contabilidade do Brasil (AdCont, ANPCONT, ENANPAD e USP) nos anos de 2013 a 2019, que continham a expressão “valor justo” no título, o objetivo desse trabalho foi de classificar os principais assuntos abordados para identificar os temas predominantes, expor a existência ou não da opinião dos autores, tanto positivas ou negativas.

A amostra pesquisada foi de 28 artigos, onde 50% dos artigos foram apresentados no Congresso ANPCONT, USP com um percentual de 28,57% e AdCont com 17,86%.

A pesquisa revelou que dentre os artigos apresentados que grande parte deles é desenvolvido por três autores (46,43%), seguido de 25% produzidos por dois autores, totalizando uma média de 2,89 autores por artigos.

Em relação ao enfoque temático verifica-se que o tema mais abordado foi a técnica de mensuração a valor justo (35,71%), percebe-se também uma boa quantidade (42,86%) de artigos que não abordam o tema como foco principal da pesquisa, mas apenas citam o assunto valor justo.

A análise referente à influência técnica demonstrou que a preocupação predominante é a qualidade da informação contábil seguida pela análise econômica financeira ou de risco. Esse dado nos revela a preocupação constante com a confiabilidade e a relevância das demonstrações que apresentam ativos e passivos reconhecidos a valor justo.

Em referência ao objeto de pesquisa encontrado nos artigos, os que mais se destacaram foram as empresas de ativos biológicos e as normas ou outras publicações.

Verificamos também uma baixa frequência de demonstração da opinião dos autores quanto a mensuração a valor justo, tanto a positiva como a negativa, visto que a grande maioria das pesquisas é de caráter informativo sem a pretensão de esboçar qualquer tipo de opinião sobre a técnica aplicada.

Realizando uma comparação com pesquisa realizada por REIS, W. C. (2018), que aborda o estudo bibliométrico das publicações internacionais sobre mensuração a valor justo nos anos de 2016 a 2018, foi observado que a preocupação com a qualidade da informação é predominante nos artigos internacionais como também nos artigos nacionais, mesmo sendo em tempos distintos, pois esta pesquisa foi realizada entre os anos de 2013 a 2019.

Vale ressaltar que os resultados apresentados nesta pesquisa foram limitados pelo levantamento bibliométrico dos artigos que foram apresentados nos principais Congressos de Contabilidade do Brasil (AdCont, ANPCONT, ENANPAD e USP) e ao período analisado, portanto, estes resultados não podem ser generalizados para outros congressos e para outros períodos.

Recomenda-se para futuras pesquisas, o desenvolvimento de estudos da produção científica sobre a mensuração a valor justo que abranjam também os artigos apresentados em congressos internacionais de contabilidade, promovendo assim uma comparação entre os artigos nacionais e internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. Em *Questão*, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006.

BRASIL. (2009). Lei nº 11.491, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que específica; institui regime tributário de transição. Recuperado em 29 maio, 2021, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111941.htm.

CARDOSO, R. L.; Mendonça Neto, O. R. de; Riccio, E. L.; Sakata, M.C.G. (2005) Pesquisa Científica em contabilidade entre 1990 e 2003. *Revista de Administração de Empresas – RAE*, São Paulo: v. 45. n. 2, pp. 34-45, April-June 2005.

COMITÊ de Pronunciamentos Contábeis 46, de 22 de Dezembro de 2017. Mensuração do Valor Justo, Brasília – DF Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG46\(R2\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG46(R2).pdf) . Acesso em: 14/02/2021.

FORESTI, N. Estudo da contribuição das revistas brasileiras de Biblioteconomia e Ciência da Informação enquanto fonte de referência para a pesquisa. 1989, 209 f.: il. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Biblioteconomia, Faculdade de Estudos Sociais e Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1989.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6.ed.São Paulo: Atlas, 2008. p. 28 e 50.

GUEDES, V.L.S.; BORSCHIVER, S. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: *CINFORM – Encontro Nacional de Ciência da Informação*, VI. Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 2005.

HENDRIKSEN, Eldon S., VAN BREDA, Michael F. *Teoria da Contabilidade*, 5a. ed., São Paulo: Atlas, 1999.

IFRS 13 – INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS N ° 13 – Fair Value Measurement.

IUDICIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos – *O Dicionário de Termos de Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2001.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E. Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do valor justo. *Revista Contabilidade & Finanças*. São Paulo, v. 18, n. spe, p. 09-18, jun. 2007.

PRITCHARD, A. Statistical bibliography or bibliometrics? *Journal of Documentation*, v. 25, n. 4, p. 348-349. 1969.

REIS, W. C., MARQUES, DE L. M., MARQUES, DE L. ALESSANDRA – Um Estudo Bibliométrico das Publicações Internacionais sobre a Mensuração a Valor Justo nos Anos de 2016 a 2018 - Congresso Brasileiro de Administração e Contabilidade – AdCont 2018.

VANTI, N.A.P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, mai./ago. 2002.

ZANOLLA E., Antunes A. G. Análise de evidências pró valor justo na nova estrutura conceitual da contabilidade - *REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL UFRGN* ISSN 2176-9036 Vol. 10. n. 1, jan./jun. 2018.